

Cofins tornou pacote viável, diz Mailson

O ex-ministro da Fazenda Mailson da Nobrega está mais confiante. Depois de demonstrar ceticismo em relação ao Plano FHC2, por considerar remota a possibilidade do Congresso aprovar o ajuste fiscal, Mailson mudou de opinião. Para ele, o fato do Supremo Tribunal Federal declarar constitucional a Contribuição para o Financiamento Social (Cofins) tornou factível o conjunto de medidas proposto pela equipe econômica. Em entrevista a *Isabel Dias de Aguiar*, o ex-ministro explicou que o caixa do governo deve receber um reforço de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1994. Acha agora que a equipe econômica dispõe de boa margem de manobra para negociar.

Estado — O Plano FHC pode dar certo?

Mailson da Nobrega — A sorte está ao lado da equipe econômica do governo. As chances de sucesso deixaram de ser remotas com a decisão do STF, que decla-

rou constitucional o Cofins.

Estado — Por que a sentença do STF reforça a proposta da equipe econômica do governo?

Mailson — A decisão do supremo resolve dois terços das necessidades de recursos do orçamento federal. O governo não havia previsto o ingresso dos recursos bloqueados na Justiça. Em seis ou oito meses, o caixa da União terá bom reforço.

Estado — Quanto, na realidade, isso deve representar para a União.

Mailson — Somam-se numa mesma conta a liberação dos recursos bloqueados na Justiça, das contribuições depositadas sob fiança bancária e o restabelecimento dos recolhimentos do Cofins previsto para 1994. O resultado deve chegar a US\$ 10 bilhões, algo próximo a 2,5% do PIB. Como a meta fixada para o ajuste fiscal fica entre 3% e 4% do PIB, um cálculo rápido demonstra que boa parte desse caminho já foi percorrido com ajuda do

STF.

Estado — Antes disso, o Plano FHC2 parecia inviável?

Mailson — O Executivo tem agora maior margem de manobra. Poderá, por exemplo, fazer algumas concessões ao Congresso em troca da aprovação do corte das despesas ou aumento dos tributos. Não é tão difícil, para os parlamentares, aprovar aumento de impostos. Difícil, para eles, é mexer na Constituição.

Estado — Diante disso, o sr. considera fácil a tarefa do governo de promover o ajuste fiscal e a estabilização econômica?

Mailson — A equipe econômica vai ter ainda de lutar com garra. Terá de dobrar os parlamentares para aceitar a criação de Fundo de Reserva Social. As medidas, se aprovadas, vão garantir recursos para a saúde, evitar o colapso do Inamps e da prestação de serviços médicos. Com a aprovação do Plano FHC, o governo poderá destinar mais de US\$ 4 bilhões para a saúde.